

## **DIÁLOGO 2 – (RE)PENSAR AS CIDADES PELAS LENTES DAS CRIANÇAS**

Rita Campos

### **AS CRIANÇAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS**

Os dados demográficos têm mostrado uma crescente tendência para a urbanização da população humana (e.g. UNITED NATIONS, 2018). As cidades surgem, assim, como um espaço de análise a partir de múltiplas perspectivas, nas suas transformações e adaptações. E os seus habitantes como agentes desses processos dinâmicos, com responsabilidade de serem envolvidos no planeamento e desenvolvimento urbano. Na sua qualidade de habitantes das cidades, as crianças deveriam ser igualmente consideradas nestes processos. No entanto, levanta-se a questão: as cidades são das crianças ou são apenas para as crianças?; e serão mesmo para as crianças? Importa, então, perceber a relação entre crianças e o espaço urbano. Perceber, sobretudo, como estes espaços estão ou não pensados para as crianças; se estes espaços são ou não das crianças. Perceber, no fundo, se ou como as crianças foram envolvidas no seu planeamento e manutenção, e como podemos criar lugares de escuta e diálogo para que as cidades se estabeleçam como espaços das crianças. Ou seja, como espaços que, reconhecendo a agência das crianças, se criam, gerem e transformam também através da sua efectiva participação e envolvimento.

Castro Seixas, Tomás e Giacchetta (2022) trazem-nos uma reflexão sobre esta relação criança-espaço urbano a partir de estudos de caso centrados na dimensão do brincar ao ar livre, tomando como exemplo alguns parques urbanos de Lisboa. Com base num levantamento etnográfico da forma como crianças e acompanhantes adultos se relacionam com os diferentes espaços e estruturas destes parques, as/o autor/as apresentam um conjunto de proposições que salientam a influência de concepções da infância dominadas por imagens que reforçam a invisibilidade das crianças no espaço público. A materialidade destes espaços contribui, assim, para uma imagem da infância domesticada e disciplinada, normalizada para um conjunto de categorias como a idade, classe social, etnia ou deficiência, excluída pelo mesmo conjunto de categorias, sem voz ou competências para intervir no espaço público; infâncias controladas e isoladas de interações diversas (intra e intergeracionais, inter-espécies) (CASTRO SEIXAS; TOMÁS; GIACCHETTA, 2022). Nas

idades, a autonomia das crianças aparece fortemente restringida pelas percepções de perigo sentidas pelas pessoas adultas responsáveis, quer em relação à materialidade dos espaços, à sua geografia, às pessoas que os frequentam ou ao tipo e abundância dos elementos naturais (CASTRO SEIXAS; TOMÁS; GIACCHETTA, 2022; HAND et al., 2017; McCUNN, 2020).

Este conjunto de resultados permite perceber que as cidades não são das crianças na medida em que ainda não existem mecanismos que permitam que as crianças sejam consideradas agentes activos com direito a ser ouvidas e a participar no desenho, implementação e manutenção de espaços urbanos, incluindo aqueles que, *a priori*, as terão como principais destinatárias, como os parques infantis. E também não são inteiramente para as crianças, pois a sua exclusão dos procedimentos que levam ao planeamento e criação dos diferentes espaços públicos urbanos desencadeia outros processos de exclusão, como os identificados acima.

Nestes espaços urbanos, os espaços verdes assumem particular importância. De facto, na literatura científica encontramos um número significativo de evidências sobre os benefícios do contacto regular com espaços verdes urbanos na promoção da saúde, do bem-estar e da justiça social (JENNINGS *et al.*, 2017; KEUNE *et al.*, 2013; revisto e.g. CAMPOS, 2019; PUTRA *et al.*, 2021; REYES-RIVEROS *et al.*, 2021). No que se refere à presença/ausência de elementos naturais, a valorização e a afiliação para com espaços biodiversos por parte de adultos e crianças tem sido amplamente reportada, e as observações recentes em parques públicos da cidade de Lisboa confirmam esta preferência (CASTRO SEIXAS; TOMÁS; GIACCHETTA, 2022), embora muitas vezes esta preferência esteja condicionada a espaços com uma biodiversidade ordenada e domesticada (HAND *et al.*, 2017). Apesar disso, o acesso a parques naturais e o contacto com as diferentes formas de vida não-humanas, principalmente pelas crianças, tem vindo a ser restringido com a crescente urbanização da população e a redução dos tempos de aprendizagem e lazer ao ar livre (CLEMENTS, 2004; LOUV, 2005; NETO, 2020; SAMBORSKI, 2010). A pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios a esta realidade. Se, por um lado, colocou novas barreiras a estes contactos, também reforçou a importância do tempo passado no exterior, e do contacto regular com a natureza. Em diferentes partes do globo, estudos realizados durante e após os confinamentos das populações começam a mostrar os benefícios para a saúde física e mental proporcionados pela experiência do contacto com a natureza, a prática de actividades ao ar livre e o uso de parques e espaços verdes urbanos durante este momento de crise pandémica (e.g. KLEINSCHROTH; KOWARIK, 2020; McCUNN, 2020;

RIBEIRO *et al.*, 2021; SOGA *et al.*, 2021). No seu conjunto, os estudos que procuram compreender a relação entre crianças e o uso dos espaços públicos (verdes) urbanos chamam a atenção para a grande influência de constrangimentos sociais na sua vivência da cidade, nomeadamente aqueles que limitam a sua independência e mobilidade (e.g. CASTRO SEIXAS; TOMÁS; GIACCHETTA, 2022).

### **CRIANÇAS, NATUREZA E ESPAÇOS VERDES URBANOS: A HIPÓTESE DA BIOFILIA**

Em 1984, o biólogo Edward O. Wilson propôs uma hipótese que se baseava na ideia de que, ao longo da sua história evolutiva, os humanos desenvolveram uma afeição particular pelo mundo natural, pois apenas uma pequena e ainda muito recente parte da nossa evolução ocorreu em ambientes urbanizados (WILSON, 1984). Deste modo, a Hipótese da Biofilia defende que a nossa conexão com as restantes formas de vida e com a natureza é inata, emocional e geneticamente pré-determinada e por isso procuramos manter este vínculo (KELLERT; WILSON, 1993; WILSON, 1984). Ou seja, de acordo com esta hipótese, a população humana não está ainda adaptada ao viver urbano, pelo que se prevê que as e os habitantes das cidades procurem activamente espaços biodiversos. Apesar de não ser uma hipótese consensual (e.g. JOYE; DE BLOCK, 2011), tem como vantagem avançar um quadro interdisciplinar que permite ajudar a criar uma visão comum e uma maior compreensão sobre os vários benefícios que os espaços verdes urbanos oferecem para a vida na cidade. Esta hipótese tem sido usada para interpretar resultados de análises centradas na afiliação humana com a natureza, os impactos da natureza na vida humana e as relações entre humanos e ambientes construídos (revisto, e.g., em BARBIERO; BERTO, 2021; KAHN, 1997). No que se refere às crianças, em particular, embora expressem comportamentos, atitudes e emoções que suportam a sua biofilia inata (KAHN, 1997; KEITH *et al.*, 2021), alguns estudos têm vindo a demonstrar que esta afiliação com a natureza se tem vindo a perder, ou que aparenta não ser inata mas antes aprendida (CAMPOS, 2022; HAND *et al.*, 2017).

A adaptação das crianças ao espaço urbano construído, sem expressar preferências por espaços urbanos biodiversos, pode ser uma consequência da diminuição do tempo que as crianças passam ao ar livre e em contacto com a natureza (CLEMENTS, 2004; LOUV, 2005; NETO, 2020). Embora estes resultados, em parte contraditórios, levantem algumas preocupações relativamente aos impactos negativos no desenvolvimento, saúde e bem-estar

das crianças, têm também implicações na redução da sua ligação à biodiversidade e ao ambiente e, potencialmente, na manifestação de atitudes de protecção da biodiversidade (CLEMENTS, 2004; DUTCHER *et al.*, 2007). No entanto, apesar da aparente desconexão com a natureza, a biodiversidade urbana parece despertar nas crianças memórias positivas, interesse e curiosidade por questões relacionadas com o meio ambiente, e o debate sobre os benefícios da biodiversidade urbana leva a uma concepção de cidade mais verde (CAMPOS, 2022). Estes resultados corroboram a necessidade de estimular a potencial afiliação inata das crianças com a natureza através de um conjunto de medidas como programas de consciencialização, introdução da componente ambiental na educação ou o planeamento de escolas e outros espaços públicos urbanos que facilite um contacto precoce e regular das crianças com a natureza (BARBIERO; BERTO, 2021; COHEN; HORM-WINGERG, 1993; HAND *et al.*, 2017; KEITH *et al.*, 2021; McCUNN *et al.*, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida na cidade alterou os nossos padrões de contacto com as restantes formas de vida e o mundo natural. As crianças são particularmente afectada por esta crescente desconexão com a natureza, por uma redução do tempo passado ao ar livre que vem sendo notada nos últimos anos (e.g. LOUV, 2005; NETO, 2020). Independentemente do maior ou menor consenso em torno da noção de uma biofilia inata, esta desconexão afecta negativamente as crianças em várias dimensões, como a saúde física e mental, a sua predisposição para comportamentos cooperativos e pró-sociais, o desenvolvimento da sua autonomia, criatividade e curiosidade (KAHN, 1997; McCUNN, 2020; PUTRA *et al.*, 2021), e tem vindo a ser associada com uma menor predisposição para manifestar comportamentos pró-ambientais (BARBIERO; BERTO, 2021; HAND *et al.*, 2017). Considerando os múltiplos benefícios conferidos pelo uso regular de espaços verdes urbanos para a saúde física e mental, bem-estar e desenvolvimento harmonioso e integral das crianças, a sua biofilia deverá ser estimulada através de oportunidades regulares e continuadas de brincar, aprender e passar tempo em espaços biodiversos. Parte desse estímulo deverá considerar a efectiva participação das crianças no desenho e implementação dessas oportunidades, reconhecendo-lhes competências e capacidades para expressar as suas preferências, vontades e conhecimentos.

A consideração das crianças enquanto sujeitos políticos que devem ser ouvidas e incluídas nas questões que lhes dizem respeito tem sido defendida na literatura científica nos últimos anos, e a defesa dos interesses das crianças tenderá a ser facilitada através de abordagens assentes na comunicação entre diferentes actores (ver, e.g., CASTRO SEIXAS; TOMÁS; GIACCHETTA, 2022). Estes espaços de diálogo permitirão não apenas incluir as crianças no planeamento urbano mas também perceber como as suas preferências podem desafiar o conhecimento científico sobre a relação entre espaços verdes urbanos, saúde, bem-estar e justiça social (CAMPOS, 2022), levando-nos a (re)pensar as cidades pelas lentes das crianças.

## REFERÊNCIAS

BARBIERO, Giuseppe; BERTO, Rita. Biophilia as evolutionary adaptation: An onto- and phylogenetic framework for biophilic design. **Frontiers in Psychology**, 2021, v. 12, p. 700709. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.700709>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

CAMPOS, Rita. Participação pública na tomada de decisões políticas sobre desenvolvimento sustentável e saúde pública - uma proposta de investigação e disseminação. **CEScontexto**, v. 25, p. 33-47, 2019. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/index.php?id=26353>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

CAMPOS, Rita. Including younger children in science-related issues using participatory and collaborative strategies: a pilot project on urban biodiversity. **JCOM**, 2022, v.21, n. 2, p. N07. Disponível em: <https://doi.org/10.22323/2.21020807>. Acesso em 28 de Mar. 2022.

CASTRO SEIXAS, Eunice; TOMÁS, Catarina; GIACCHETTA, Niccolò. A Produção Social da Infância nos Parques Urbanos de Lisboa. In: GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; CASTRO SEIXAS, Eunice; TOMÁS, Catarina (Eds.) *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. São Paulo: Portal de Livros Abertos da Universidade de São Paulo, 2022, p. 64-86.

CLEMENTS, Rhonda. An investigation of the status of outdoor play. **Contemporary Issues in Early Childhood**, 2004, v. 5, n. 1, p. 68-80. Disponível em: <https://doi.org/10.2304/ciec.2004.5.1.10>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

COHEN, Stewart; HORM-WINGERG, Diane. Children and the environment: ecological awareness among preschool children. **Environment and Behavior**, 1993, v. 25, p. 103-120. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0013916593251005>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

DUTCHER, Daniel D. *et al.* Connectivity with nature as a measure of environmental values. **Environment and Behavior**, 2007, v. 39, p. 474-493. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0013916506298794>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

HAND, Kathryn. L. *et al.* The importance of urban gardens in supporting children's biophilia. **Proceedings of the National Academy of Sciences** 2017, v. 114, n. 2, p. 274-279. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1609588114>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

JENNINGS, Viniece *et al.* Emerging issues in urban ecology: Implications for research, social justice, human health, and well-being. **Population and Environment**, 2017, v. 39, n. 1, p. 69-86. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11111-017-0276-0>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

JOYE, Yannick; DE BLOCK, Andreas. "Nature and I are two": A critical examination of the biophilia hypothesis. **Environmental Values**, 2011, v. 20, n. 2, p. 189-215. Disponível em: <https://doi.org/10.3197/096327111X12997574391724>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

KAHN, Peter H. Developmental psychology and the Biophilia Hypothesis: children's affiliation with nature. **Developmental Review**, 1997, v. 17, n. 1, p. 1-61. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/drev.1996.0430>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

KEITH, Ryan J. *et al.* Urban children's connections to nature and environmental behaviors differ with age and gender. **PLoS ONE**, 2021, v. 16, n. 7, p. e0255421. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0255421>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

KELLERT, Stephen R.; Wilson, Edward O., eds. **The Biophilia Hypothesis**. Washington, D.C.: Island Press, 1993.

KEUNE, Hans *et al.* Science-policy challenges for biodiversity, public health and urbanization: examples from Belgium. **Environmental Research Letters**, 2013, v. 8, n. 2, p. 025015. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1748-9326/8/2/025015>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

KLEINSCHROTH, Fritz; KOWARIK, Ingo. COVID-19 crisis demonstrates the urgent need for urban greenspaces. **Frontiers in Ecology and the Environment**, 2020, v. 18, n. 6, p. 318-319. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/fec.2230>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

LOUV, Richard. **The last child in the woods: saving our children from nature deficit disorder**. Chapel Hill, NC: Algonquin Books, 2005.

MCCUNN, Lindsay J. The importance of nature to city living during the COVID-19 pandemic: considerations and goals from environmental psychology. **Cities & Health**, 2020, p. 1-4. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1795385>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

NETO, Carlos. **Libertem as crianças. A urgência de brincar e ser ativo**. Lisboa: Contraponto Editores, 2020.

PUTRA, I. Gusti Ngurah Edi *et al.* Association between green space quality and prosocial behaviour: a 10-year multilevel longitudinal analysis of Australian children. **Environmental Research**, 2021, v. 196, Article 110334. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envres.2020.110334>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

REYES-RIVEROS, Rosa *et al.* Linking Public Urban Green Spaces and Human Well-Being: A Systematic Review. **Urban Forestry & Urban Greening**, 2021, Article 127105. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2021.127105>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

RIBEIRO, Ana Isabel *et al.* Exposure to nature and mental health outcomes during COVID-19 lockdown: a comparison between Portugal and Spain. **Environment International**, 2021, v. 154, p. 106664. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envint.2021.106664>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

SAMBORSKI, Sylvia. Biodiverse or barren school grounds: their Effect on children. **Children, Youth and Environments**, 2010, v. 20, n. 2, p. 67-115. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7721/chilyoutenvi.20.2.0067>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

SOGA, Masashi *et al.* Impacts of the COVID-19 pandemic on human–nature interactions: pathways, evidence and implications. **People and Nature**, 2021, v. 3, n. 3, p. 518-527. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/pan3.10201>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs (2018). World Urbanization Prospects. 2018 Revision. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>. Acesso em 18 de Nov. 2021.

WILSON, Edward O. **Biophilia**. Harvard University Press, Massachusetts, 1984.